



A EDUCAÇÃO SOB ATAQUE – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DIFÍCEIS

Diego Fonseca Dantas¹

NuFIPE - Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O tema deste ensaio é a relação ideologia e educação, e, como objeto concreto de suporte a essa relação, faz-se uma revisão crítica sobre o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Criado em 2004 pelo advogado Miguel Urbano Nagib, o MESP é um movimento que foi criado na contracorrente da conjuntura política do país, quando um partido de centro-esquerda havia chegado ao poder executivo. O presente artigo desenvolve a ideia de que, apesar de a liderança tabaréu do MESP despontar como o principal difusor do irracionalismo anti-intelectualista no país, no plano político-ideológico hegemônico sua presença equivale às ações pautadas pelo moralismo cínico dos teólogos-empresários, jornalistas orgânicos e astrólogos-gurus a apresentar, como verdades absolutas, disparates anticientíficos, como o criacionismo e o terraplanismo, nas redes sociais e nas mídias tradicionais. Considera que a influência e penetração ideológica na sociedade de ambos são menores do que a dos conglomerados educacionais financeiros-rentistas como Lemann, Ayrton Senna, Abril, Pitágoras/Kroton/Cogma, dentre outros. Dado todo este quadro, o artigo conclui que, sem condições de promover um avanço civilizatório, tempo que se perdeu em meados dos anos 60, parte significativa do Brasil se entregou à intensificação da precarização em todos os níveis, sendo o MESP uma das gambiarras morais da atualidade contra o que se contrapõe à sua barbárie ética.

Palavras-chave: Educação; Conservadorismo; Ideologia.

EDUCATION UNDER ATTACK - BRAZILIAN EDUCATION IN TIMES

ABSTRACT

The theme of this essay is the relationship between ideology and education, and, as a concrete object to support this relationship, it makes a critical review of the School Without Party Movement. Created in 2004 by lawyer Miguel Urbano Nagib, the School Without Party Movement is the movement was created against the current of the country's political situation, when a center-left party had come to the executive power. It develops the idea that, despite like rustic leadership emerging as the main diffuser of anti-intellectualist irrationalism in the country, at the hegemonic political-ideological level its presence is equivalent to the actions guided by the cynical moralism of theologians-entrepreneurs, organic journalists and astrologers-gurus to present, as absolute truths, anti-scientific nonsense, such as creationism and flat earth, on social networks and in traditional media. It considers that the influence and ideological penetration in the society of both are smaller than that of financial-rental educational conglomerates such as Lemann, Ayrton Senna, Abril, Pitágoras/Kroton/Cogma, among others. Given this whole picture, it concludes that without conditions to promote a civilizational advance, a time that was lost in the mid-60s, a significant part of Brazil surrendered to the intensification of precariousness at all levels, with the School Without Party Movement being one of

¹Doutor em Educação pela UFF e Mestre em Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela Universidade Cândido Mendes. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação - NuFIPE e do Instituto Norberto Bobbio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6304-2329>. E-mail: diegodantas@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1393225678432500>.

the moral hacks of the present time against which contrasts with their ethical barbarism. Barbarism is what capital has to offer humanity from now on.

Keywords: Education; Conservatism; Ideology.

LA EDUCACIÓN BAJO ATAQUE - LA EDUCACIÓN BRASILEÑA EN TIEMPOS DIFÍCILES

RESUMEN

El tema de este ensayo es la relación entre ideología y educación, y como objeto concreto de sustentación de esta relación, hace una revisión crítica del Movimiento Escuela Sin Partido (MESP). Creado en 2004 por el abogado Miguel Urbano Nagib, el MESP el movimiento se creó a contracorriente de la situación política del país, cuando un partido de centro izquierda había llegado al poder ejecutivo. Desarrolla la idea de que a pesar de que la dirección del MESP rústico se perfila como la principal difusora del irracionalismo anti intelectualista en el país, en el plano político-ideológico hegemónico su presencia equivale a las acciones guiadas por el moralismo cínico de teólogos-empresarios, periodistas orgánicos y astrólogos-gurús para presentar como verdades absolutas disparates anticientíficos, como el creacionismo y la tierra plana, en las redes sociales y en los medios tradicionales. Considera que la influencia y penetración ideológica en la sociedad de ambos es menor que la de conglomerados educativos financieros-rentistas como Lemann, Ayrton Senna, Abril, Pitágoras/Kroton/Cogma, entre otros. Ante todo este panorama, concluye que sin condiciones para promover un avance civilizatorio, tiempo que se perdió a mediados de los años 60, una parte significativa de Brasil se rindió a la intensificación de la precariedad en todos los niveles, siendo el MESP uno de los morales alternativa mal organizada de la actualidad frente a las que contrasta con subbarbarie ética. Barbarie es lo que el capital tiene para ofrecer a la humanidad de ahora en adelante.

Palabras clave: Educación; Conservatismo; Ideología.

INTRODUÇÃO

O título deste ensaio que introduzimos agora já se anuncia como um *spoiler*: “A educação sob ataque”. Não obstante ele, o título talvez seja o que melhor corresponda aos nossos anseios e o seu objetivo principal: o de analisar criticamente a atualidade do campo educacional no Brasil, buscando apreender as posições político-ideológicas da direita conservadora que têm se destacado nessa disputa. O pressuposto factual que nos trouxe aqui tem no Movimento Escola Sem Partido (MESP) uma espécie de liderança *tabaréu* de um integralismo pós-moderno, sendo ele, o MESP, o principal difusor, desde fins dos anos 1990, do irracionalismo anti-intelectualista no país. O MESP se trata, conforme veremos, de um movimento portador de uma visão de mundo híbrida na qual se encontram reunidas desde o ideário chauvinista modernizador-conservador do integralismo dos anos 1930, de Plínio Salgado, até o moralismo cínico neopentecostalista das práticas capitalista-financeiras das seitas, passando por disparates anticientíficos, como o criacionismo e o *terraplanismo*, ditados por astrólogos-gurus e teólogos-adivinhos nas redes sociais e nas mídias tradicionais.

Nossa proposta, portanto, é entrar em uma breve digressão, visando oferecer um arcabouço teórico ao que se entende por ideologia, cultura e educação. Em seguida, na segunda seção, procura-se dissecar o MESP no contexto cultural e sociopolítico brasileiro, para, depois, na última seção, concluirmos com um diagnóstico do motivo pelo qual chegamos a este ponto, qual seja, de que movimentos como o MESP não são aleatórios e têm uma razão de ser em meio à crise estrutural do capital e às vicissitudes do conservadorismo brasileiro, que, quando não desembocam, têm algum diálogo com movimentos reacionários e fascistas.

Ideologia, cultura e educação

Partimos do pressuposto de que o processo de formação do ser humano é a reprodução social que se desenvolve de maneira a produzir novas formas de consciência. Disto, temos que o seu alargamento para além da necessidade dos sentidos e do imediatismo da sobrevivência do indivíduo cria e reproduz valores, crenças, tradições, estilos, etc.; cria, enfim, uma segunda natureza que é a cultura. O ser social está amalgamado em sua forma de consciência, que busca criar e apreender o conhecimento; além do ser social, por si próprio, desenvolver uma consciência teórica sobre a sensibilidade e a moral de determinada tradição, ele já está entranhado no processo cultural mediado por regras, pelos *mores*, por valores, por ideias, por técnicas de cada época, pois:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, dos fazeres, das regras, das normas, das proibições, das estratégias, das crenças, das ideias, dos valores, dos mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas, cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas (MORIN, 2011, p. 50).

Dentre as inúmeras tipificações aludidas por Morin, a chamada cultura popular é aquela que se define pela sua capilaridade na sociedade, transmitida por gerações seguidas por meio da tradição, da família, do folclore e das danças e rituais. Segundo Ianni (1991, p. 205-207),

São várias as diferenças entre a cultura burguesa, dominante, erudita, oficializada, oficial, por um lado, e a popular, folclórica, rústica, periférica, subalterna, por

outro lado. Diferem quanto a linguagens, temas, graus de elaboração, esferas de circulação, alcance, aceitação. Aliás, tanto aquela como esta não são únicas, homogêneas. Subdividem-se, diversas, múltiplas. Há uma cultura dominante de origem agrária, que se recria ao lado e junto com outra urbana, propriamente burguesa, capitalista, cosmopolita. Da mesma maneira, há diferentes versões da cultura popular: cabocla, operária, indígena, afro-brasileira, imigrantes de várias procedências.

[...] A cultura subalterna funda-se nas condições de vida e trabalho do camponês e operário, homem e mulher, adulto e criança, negro, índio, imigrante e branco.

Em contraste com a cultura popular, a cultura das artes, da filosofia, dos intelectuais das camadas dirigentes é adotada na escola, que possui diversos graus, e nas universidades. Conforme Gramsci (2011), desde o Renascimento, a cultura das artes, da filosofia e dos intelectuais tem, em geral, pouca penetração na moral e na consciência média do homem comum de determinada sociedade:

O movimento do Renascimento permanece aristocrático, típico de circuitos eleitos, e na própria Itália, que foi sua mãe e nutriz, não sai dos círculos de corte, não penetra no povo, não se torna costume ou preconceito, ou seja, persuasão e fé coletivas. A Reforma, ao contrário, teve certamente esta eficácia de penetração, mas, pagou-a com um atraso de seu desenvolvimento intrínseco, com o amadurecimento lento e várias vezes interrompido de seu germe vital (GRAMSCI, 2011, p. 35).

Já a cultura religiosa, que se materializou espiritualmente por toda a Idade Média até a primeira metade do século XVIII, foi assim observada por Gramsci (2011):

Muitas tentativas heréticas foram manifestações de forças populares para reformar a Igreja e aproximá-la do povo, elevando o povo. A Igreja reagiu muitas vezes de forma violentíssima, criou a Companhia de Jesus, escudou-se nas decisões do Concílio de Trento, embora tenha organizado maravilhoso mecanismo de religião democrática de seus intelectuais, mas, como indivíduos particulares, não como expressão representativa de grupos populares [...] (GRAMSCI, 2011, p. 39).

Tais ações ideológicas e culturais não eram voluntaristas e espontâneas, ao contrário, provinham determinados valores e formas de consciência que não se limitavam à jurisdição da Igreja ou à forma de se aproximarem do povo. Para reforçar esta cultura de 'evangelização', houve, com isto, deliberada tentativa de cooptar jovens, inclusive das classes mais baixas, para os quadros da Igreja; tentara-se cooptar, também, pessoas que professassem sua ideologia, por intermédio do aparelho de educação, já visto como locus de formação humana, mesmo que, na época, para uma minoria letrada.

Controlando os liceus e as outras escolas médias, através de seus quadros de confiança, ela rastreará, com a tenacidade que lhe é característica, os jovens mais valorosos das classes pobres e a ajudará a prosseguir os estudos nas universidades católicas. Bolsas de estudo reforçadas por internatos organizados com a máxima economia (GRAMSCI, 2011, p. 47).

Com a Revolução Industrial no século XVIII, e a consequente hegemonia sociopolítico-ideológica da burguesia, a aceleração do processo de fetichização da mercadoria promoveu o prevaecimento um tipo de cultura utilitarista, cujo padrão seria o do consumo e da obsolescência programada. Como destaca Ianni (1991), o nascimento da *indústria cultural* é face mais evidente da proletarização de enormes contingentes de indivíduos, da precarização do artista e de outras tantas mazelas sociais:

A mercantilização da cultura vai longe, espalha-se pelo mercado, pouco sabe de fronteiras. Nesse processo, o capitalismo introduz também a obra de arte no mercado. Ela passa a competir com outras mercadorias e as demais obras de arte. Aos poucos, isto altera as condições de trabalho e criação do artista, escritor e outros. Em perspectiva ampla, a indústria de produtos culturais não se limita a prever o mercado das artes, mas, procura também garantir-se contra as mudanças meteorológicas, produzindo ela mesma a chuva e o bom tempo. Inventa, pois, ou pelo menos anuncia e fomenta as tendências que surgirão amanhã. Põe à venda o futuro da obra antes que a obra exista (IANNI, 1991, p. 192).

É importante ressaltar que as culturas aqui apresentadas didaticamente movimentam-se, misturam-se, submetem-se umas às outras; enfim, convivem dinâmica e dialeticamente em antagonismo. Porém, estando amalgamadas com o desenvolvimento da consciência, as culturas se revestem de visões de mundo contraditórias, que, por sua vez, refletem os antagonismos de classe. Em disputa, tais visões tendem, historicamente, a buscar a superação dos conflitos através do consenso teleológico, o que significa reunir uma maioria em uma força capaz de exercer a hegemonia ideológica sobre as demais visões antagônicas. Para Lukács, o homem constrói problemas a serem resolvidos e os soluciona com base em sua realidade. Mas, antecipa o autor, uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe, e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência. Resulta disso a sua crítica aos chamados *intelectuais de gabinete*, ou seja, desprovidos de vinculações sociais, e também ao “*slogan*, hoje na moda, do fim da ideologia, uma pura ficção, que não tem propriamente nada a ver com a efetiva situação dos homens reais na sociedade real” (apud KOFLEK, 2014, p. 54)²:

² Entrevista de Lukács concedida ao teórico marxista Leo Kofler em setembro de 1966. O depoimento se encontra condensado no *Livro Conversando com Lukács* (2014).

De um lado, trata-se do dado real [...] de que na sociedade cada homem existe numa determinada situação à qual pertence a inteira cultura de seu tempo; não pode haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo *hic et nunc* da situação atual. Por outro lado, originam-se desta posição certas deformações, razão pela qual nos habituamos a entender a ideologia também como reação deformada em face da realidade. Creio que devemos manter separadas estas duas coisas quando usamos o termo ideologia; por isso – volto à questão ontológica – devemos deduzir disso que o homem é, antes de mais nada, como todo organismo, um ser que responde a seu ambiente (KOFFLER, 2014, p. 54).

A questão que buscaremos examinar em seguida, a partir dessas considerações iniciais, é sobre a emergência do anti-intelectualismo na contemporaneidade, buscando analisar o momento e os motivos que levaram o homem contemporâneo a desconstruir sistematicamente a razão. Podemos, em tese, afirmar que a formação humana é o processo que ocorre no seio do desenvolvimento material e cultural do ser social (vida social do gênero e do indivíduo) na história. A isso, denominamos de *pôr teleológico*, que é qualquer iniciativa do homem no sentido de realizar algo objetivamente em qualquer situação da sua vida. O *pôr teleológico* pode ser baseado em uma concepção ou intenção subjetiva, sendo que, em sociedade, a conexão dos vários pores estabelece uma relação causal; nesse sentido, nunca uma ação de *pôr teleológico* terá diretamente o mesmo reflexo da ideia original do autor do *pôr*. Em qualquer circunstância, os conflitos humanos acerca da decisão a ser adotada em uma disputa são dirimidos de forma não mais irrefletida, muito pelo contrário. Ou seja, a decisão sobre o *télos* a ser tomado possui certo grau e elevação de consciência, pois seu conteúdo é ideológico. Para Lukács (2013), dado o desenvolvimento do ser social, a despeito do reducionismo de corte burguês, não há como fugir da ideologia. Pois,

A formação humana mediante a redução econômica e ideológica organizacional, se possível, de todos os homens singulares ao limite da particularidade que lhes parece irrevogável [...], os homens singulares terão de superar ideologicamente difíceis obstáculos ontológicos na ideologia oficial – por mais não conformista que esta seja por sua pretensa aparência externa. Essa situação, vista em termos abstratamente generalizados, ainda não constitui nada específico; o particular nela parece-nos consistir em que o papel da ideologia na superação dessa conduta de vida estranhada talvez nunca tenha sido tão grande quanto justamente no período da manipulação refinada desideologizada dos homens (LUKÁCS, 2013, p. 795).

Para apreender este processo de desenvolvimento material e cultural do ser social, é preciso, quer se tenha consciência ou não disto, de um processo de representação, de espelhamento e de cognição da experiência e do mundo social. Trabalhamos, aqui, muito próximo da concepção de Lukács que defende uma teoria da representação dialética, isto é, do espelhamento aproximado da realidade: uma coisa é a realidade; outra coisa é o espelhamento dela. Assim, uma coisa é a vida em si, a realidade; outra coisa é o arcabouço de valores, conceitos, representações, crenças, isto é, ideologia que se tem dela, e isto nos parece ponto pacífico, pois toda a vida material precisa ser suportada, seja por um processo cognitivo, de entendimento, de esclarecimento, seja de modo sensível, por uma ideologia e pela consciência. O modo pelo qual isto se dá não modifica em nada essa questão da representação do mundo social, no caso de um trabalhador produtivo ou de um artista. Como *todo homem é intelectual*, o homem, em sua diversidade, possui ideologia, qual seja, um composto de crenças, valores, ideias. Em suma, ele precisa entender e interagir na realidade, e, para tal, precisa de dada visão de mundo. Com isso, assevera Ianni (1991, p. 195):

Ao mesmo tempo que trabalhador produtivo, o escritor, artista ou outro pode ser considerado intelectual orgânico. A sua atividade cristaliza-se em diferentes elementos que ajudam a ‘compor a visão do mundo das classes dominantes: noções, valores, ideias, conceitos, princípios, explicações, doutrinas.

Outro agravante desta condição de partição de mundos e distorção da ideologia se dá com o advento do capitalismo, do *valor* e do conseqüente processo de reificação. Pois, conforme entendimento de Lukács, precisamos entender que o ser social está imerso historicamente em um processo de reprodução econômica³. Longe de cessar, este

³Não podemos perder de vista o processo de reprodução e expansão do valor que possui mediação com a educação, a cultura e outros complexos. Se não podemos discorrer muito sobre uma digressão da reprodução em detalhe, devido ao escopo da tese, lembramos que o capital sempre busca transformar trabalho vivo em trabalho morto. O trabalho necessariamente realizável passou a ser quantitativamente calculável. O valor de trabalho desvaloriza-se neste conceito à medida que o valor da unidade / hora do trabalho passa a ser calculável em consonância ao valor e ao processo de circulação de mercadorias, por assim dizer, transmutando para a realidade social e econômica a fórmula do capital: $M - D - M$, em suma por extenso: Mercadoria – (que produz) Dinheiro – (que reproduz-se em) Mercadoria. E a fórmula $D - M - D'$, sendo D' maior que D , em suma por extenso: Dinheiro – (que produz) Mercadoria – (que reproduz-se em) mais Dinheiro – toda essa dinâmica perfazendo-se como mais valor, e transformando-se em capital novamente. Daí, a relevância do conhecimento não confundir o fenômeno com a aparência, via de regra, escamoteada pelo próprio fenômeno. Aliás, a educação, como outros complexos, torna-se uma mercadoria no capitalismo. Por conseguinte, toda essa dinâmica expressa quantitativa e matematicamente, para auferir, a bem da verdade, que, qualitativamente, a sociedade se transformou com o advento do modo de produção capitalista, e com o fetichismo da mercadoria, em uma lógica de troca, circulação de mercadorias, sendo ela, em última instância, a busca pelo dinheiro, que é a forma fluida do

processo foi transbordando do econômico para o social com uma sociedade cada vez mais mediada, mais fenomênica, porém, de forma contraditória, com os efeitos cada vez mais imediatos do processo de reificação. O que percebemos é que Lukács aprofunda o conceito de reificação na *Ontologia*, de modo que amplie os aspectos do cotidiano não como apenas uma experiência alienante e estranhada para o homem, mas como um estágio gradativo e necessário, a fim de que o ser humano possa se libertar dos estranhamentos perniciosos advindos da própria cultura, e, via de regra, ligados à tradição (mandonismo, patriarcalismo, escravidão, crença na família e nas redes de solidariedade, e na propriedade). Esta experiência alienante e estranhada produz uma tônica de atomização do indivíduo, muito da alienação a um mundo; alienação que ocorre, por exemplo, quando o indivíduo exerce um trabalho no qual produz uma mercadoria que sabe não ser sua, trabalho próprio do modo de produção capitalista e da ascensão, por conseguinte, dos valores e da cultura burguesa.

A sociedade burguesa produz uma singular atomização dos indivíduos que compõem a audiência. Há sempre uma multidão solitária diante da televisão, da mesma maneira que no ônibus, metrô, trem de subúrbio. No estádio de futebol, na avenida do carnaval, no vasto show rock, muito do que se ouve, além da música, tem a ver com o ruído da multidão fabricada pela indústria da cultura de massa. Os membros dos grupos e classes sociais, que compõem o povo propriamente dito, são isolados uns dos outros, solitários. Isolados e silenciados na sociedade, nação, Estado (IANNI, 1991, p. 198).

Por isso, também, destacamos a contribuição de Lukács (2013) para os estudos do cotidiano, do mundo real e social, e para a compreensão de como este mundo influi para a forma de pensar do homem e para a constituição de seus valores em determinada

capital. Não à toa, é o conceito de mercadoria que Marx trata na primeira seção de “O Capital”. A mercadoria produzida pela ação humana e pela matéria-prima e maquinaria, para transformar-se dinheiro, para voltar-se novamente à composição do capital, e em renda ao proprietário capitalista. Não à toa, é a subversão da sociedade, na forma de mercadoria, como o meio: de subsistência para o proletariado, e, como fim, para o capitalista. Em tempo, o valor em detrimento do real trabalho humano subverte toda a lógica do valor de uso da propriedade dos materiais, do próprio trabalho humano, para moldar toda a sociedade do ponto de vista econômico e social à noção de mercadoria, produzindo-se o processo de fetichismo, de fetiche, não pelo valor que lhe é atribuído, mas dada pela sua própria forma, negando o trabalho, o valor de trabalho, nele existente, sobressaltando-se a forma material, dando-lhe um caráter misterioso e estranho, que apreende a realidade humana, na forma de transacionar mercadorias, de consumir, de se tratar e ver tudo pela ótica do fetiche da mercadoria, inclusive e de forma estrita, até o próprio homem, que é tragado, alienado ou estranhado dentro do processo de produção. Esta visão, de forma alguma, pode passar despercebida. Há a instituição e inscrição do fetichismo da mercadoria, como crença e alienação entre os seres humanos, na sociedade capitalista. O próprio Marx atenta a isso em “O Capital”: “Há uma relação física entre coisas físicas.[...] Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença.” (MARX, 2010, p. 94).

sociedade. Por isso, defendemos a distinção entre o mundo real e o mundo social, pois, sem a mesma, não há motivo para abordarmos o problema da ideologia. O mundo real pode ser fatidicamente um só; contudo, a forma como dada cultura ou dado homem a representa em sua consciência e o motivo pelo qual o faz são problemas que estão no cerne da ideologia. Com efeito, ideologia e cultura estão intimamente ligadas, pois

O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura (MORIN, 2011, p. 47).

O que queremos dizer é que a dificuldade em discernir o mundo social da imagem de seu entendimento foi muito agravada pelo fenômeno da reificação. Lukács (2013) insere a figura da reificação como mecanismo de reprodução de alienações, de crenças falsas ou verdadeiras, e de estranhamentos. Tudo vira mercadoria e toda sociedade, ciência, conhecimento e o próprio Estado é racionalizado, visto em partes, efeitos muito próprios da visão de mundo burguesa e de suas correntes. As coisas se autonomizam do seu real. Observa-se:

É claro que todo trabalhador “braçal” e “intelectual” é socialmente produtivo. O resultado do seu trabalho objetiva-se em bens ao mesmo tempo materiais e espirituais. Mas, produtivo, em termos de economia política, é aquele que entrega ao empresário uma quantidade maior de trabalho, em comparação com a que recebe em forma de salário. O escritor é produtivo não porque produz ideias, mas, porque ajuda a enriquecer o empresário (IANNI, 1991, p. 194).

Cabe esclarecer que, no terreno da cultura, e, mais especificamente, na arte, o impacto do estranhamento parece adquirir maior grandeza, chegando a um nível tão violento que se torna um simulacro da própria arte. Segundo Reis (2015, p. 317), “isto se dá pela expansão das formas de consciência que reflete e introjeta nas diversas ideologias que influem ao mesmo tempo em que são influenciadas pela cultura”. Walter Benjamin (2013, p. 03) assinala com propriedade que, sendo a cultura e a história despojadas pela classe dominante, é necessário que ambas sejam “escovadas a contrapelo”. Também Benjamin renunciou, e, posteriormente, Guy Debord (2017) se encarregou de elucidar, a progressiva estetização da vida social pelo *fetichismo da mercadoria*, que serve de esteio ideológico para o sistema de crenças das tradições. Desse modo, o *fetichismo da mercadoria* impõe que esta camada da cultura seja vasculhada por um processo de consciência e de educação (REIS,

2015). Por conseguinte, ao nosso juízo, a educação não pode ser mera reprodução das crenças e das tradições. Pelo contrário, precisa ser crítica a tais sistemas. E precisa criar e produzir novos valores com base no *dever ser* (SAVIANI, 1980).

Como acabamos de mencionar, o acelerado e violento processo de mercantilização da vida social, observado desde meados do século passado, reduziu significativamente a capacidade de os indivíduos de se manterem integrados com as suas próprias identidades em um ambiente cultural reconhecidamente comum. O impacto causado ao sujeito pelas trocas identitárias constantes gera inúmeros efeitos, tal como, por exemplo, deixar de ser apenas, na aparência, um *funcionário* de uma empresa para ser denominado como *associado*, adotando, portanto, uma máscara estilística; este processo torna-o, como diria Freud, um virtual “inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal” (*apud* REIS, 2015). Desse modo, afetado na sua particularidade, o indivíduo reifica o mundo se reificando como produto da mercantilização. Diz Rancière⁴ (2014, p. 40):

Ele se torna o espectador desiludido da grande catástrofe civilizacional, cujos sinônimos são consumo, igualdade, democracia ou imaturidade. Diante dele, o colegial imberbe [...] é o representante da espiral inexorável da democracia embriagada de consumo e o testemunho do fim da cultura, a não ser que seja o tornar-se cultura de qualquer coisa, do hipermercado dos estilos de vida, da club-mediterraneação do mundo e da entrada de toda a existência na esfera do consumo.

Passamos, a partir desse ponto, para uma revisão do caso Movimento Escola Sem Partido (MESP), estudado recentemente por Frigotto *et al.* (2017).

O MESP e o ideário *tabaréu* pós-moderno da ultradireita

Criado em 2004 pelo advogado Miguel Urbano Nagib⁵, o MESP é apresentado nas redes sociais como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino

⁴Para contextualização: embora autores de escolas distintas no decorrer do texto, como, por exemplo, do marxismo, como Gramsci e Lukács, e autores pós-modernos, como Morin e Rancière, o cerne na argumentação é em torno da preocupação dos mesmos com o estudo da cultura como fenômeno social e de formação humana, embora cada um tenha as suas gradações e enfoques. Uns mais para a ideologia, outros mais para a moralidade/costumes e outros mais para a mercantilização.

⁵ Miguel Nagib, paulista de Mogi das Cruzes, é advogado e procurador do Estado de São Paulo em Brasília. Foi articulista do Instituto Millenium, uma organização que visa a difusão de cultura liberal à sociedade.

básico ao superior”⁶ (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018). O movimento foi criado na contracorrente da conjuntura política do país, quando então um partido de centro-esquerda havia chegado ao poder executivo. Por esse motivo ou por qualquer outro, o discurso do MESP passou despercebido e acabou sendo banalizado, pois, naquele momento, não encontrava eco na opinião pública e muito menos no parlamento.

Sobre o seu coordenador, Miguel Francisco Urbano Nagib é paulista, nasceu na cidade de Mogi das Cruzes em 09 de novembro de 1960, é advogado e procurador do Estado de São Paulo em Brasília, e foi assessor do STF de 1994 a 2002. Foi articulista do Instituto Millenium – organização que visa à difusão de cultura liberal à sociedade. Como se pode ver, não há neutralidade ideológica nas escolhas de Nagib. Aliás, como de qualquer outra pessoa. Vejamos o que depõe o próprio coordenador do movimento que assina o prefácio do livro “Socialismo: me conta essa história direito”, do autor Rodrigo Amaral (2016):

Este livro é, sem dúvida, um antídoto poderoso contra os efeitos da doutrinação e da propaganda comunista que come solta nas escolas e universidades brasileiras, para descrédito e vergonha do Ministério Público. Entre outros benefícios, sua leitura elimina por completo o risco de que você, leitor, venha a sentir um dia a compulsão de fazer uma tattoo com a imagem de Che Guevara. A essa desgraça vai preferir, decerto, que lhe apaguem um charuto cubano na pele! (NAGIB, 2016, p. 10).

O MESP justifica a sua atuação “a pretexto de transmitir aos alunos uma *visão crítica* da realidade, [considerando que] um exército organizado de *militantes travestidos* de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018). Para o MESP, a preocupação expressa pelo “grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” se dirige aos educadores que se utilizam da metodologia crítica para entendimento da realidade, pejorativamente taxados pelo movimento como *militantes travestidos*. Na sua sanha pós-moderna, de um modo confuso e generalista, o MESP mistura os partidos de centro-esquerda e de esquerda, movimentos identitários e até pessoas sem distinção. O próprio coordenador do Movimento depõe sobre isso:

O PSOL é um dos partidos que mais lucra com a doutrinação política e partidária nas escolas. Então é natural que o Deputado Glauber esteja contra o projeto. Não só ele, como a maior parte dos deputados dos Partidos de Esquerda. A maior parte dos professores que doutrinam em benefício destes partidos. Quem está

⁶Disponível em <http://escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2018.

assistindo a gente, o nosso debate, sabe perfeitamente disto. A doutrinação, embora também existam professores de Direita que façam, que usam a sala de aula para promover as suas próprias preferências político-ideológicas, a imensa maioria dos professores que faz isso é identificada com Partidos de esquerda, sobretudo o PSOL, que hoje é o partido que conta com a maior adesão por parte destes professores militantes (EXPRESSÃO NACIONAL, 2017).

Como dissemos um pouco antes, na publicação organizada por Frigotto (2017) sobre o perfil e os propósitos do MESP, vemos que, ao contrário do que pretende ser no campo educacional, no caso, *apolítico*, os militantes do Movimento seguem uma plataforma moralista e tecnicista, típica das proposições conservadoras da ultradireita no Brasil. Quanto a isso, a despeito das contradições que seus textos e discursos carregam, o próprio Movimento se encarrega de formular que realiza suas atividades “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Para Espinosa e Queiroz (2017, p. 49),

Antes tida até como pueril, tamanha sua inconsistência teórica e jurídica, não se imaginava que a iniciativa tomaria a dimensão que tem hoje e que se espalharia para todo o Brasil, aproveitando uma forte *onda conservadora* e feroz, que se fortaleceu após as manifestações de 2013, passando pelas últimas e acirradíssimas eleições presidenciais e catalisada pelos recentes movimentos de rua que defendiam o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, democraticamente eleita. Hoje, surpreendentemente, tem-se discutido exaustivamente a temática nas redes sociais e também nas instâncias acadêmicas, jurídicas e, principalmente, políticas.

Todavia, devemos considerar que o surgimento de uma *onda conservadora* não se trata exatamente de uma surpresa, tal como descrito acima por Espinosa e Queiroz (2017), dado que o crescimento do conservadorismo pós-jornadas de 2013 não ocorreram por acaso. Defendemos, em outro trabalho, que o estranhamento do conservadorismo no Brasil se confunde com a nossa própria história. Nesse sentido, Brandão (2005) observa que, diferentemente da Europa e dos EUA, no Brasil, o Estado se formou antes do desenvolvimento da sociedade sob a égide das elites brasileiras. De fato, como bem recorda Souza (2009), o fenômeno da naturalização da desigualdade com a conveniência da classe média está na origem da nossa formação social. Dessa forma, ao se naturalizar as mazelas sociais do país, como uma questão e um problema restrito ao indivíduo, e ao se estruturar, desde o início da formação brasileira, uma elite e um Estado de oligarcas, reinou, entre nós, um espírito de conservação. Para Souza (2009, p. 62):

O nosso narcisismo primário, que nos faz na vida cotidiana sempre tender a culpar os outros ou até o mundo, mas nunca nós mesmos, tem, aqui, seu duplo na esfera social e política. O conceito de patrimonialismo e de estamento permite retirar das nossas costas, pessoas comuns de classe média, qualquer responsabilidade pelas misérias e iniquidades de nossa vida política.

Nesse caso, ter-se-ia que considerar a luta entre classes, frações de classes, grupos de interesse, acesso diferenciado à esfera pública, capacidade de articulação e aglutinação de interesses em ideias legitimadoras convincentes etc. Tudo muito complexo. A ideia de estamento simplifica tudo isso. É uma “elite” má e corrupta que se apropria para seus próprios fins do Estado. Desse modo, o Estado, percebido erroneamente como a fonte do “poder social” enquanto tal para o senso comum leigo, pode ser “personalizado”, simplificado e distorcido. É, aliás, apenas distorcendo sistematicamente a realidade que perspectivas conservadoras como essa podem aparecer como se fossem leituras críticas do mundo social (SOUZA, 2009, p. 62).

O que pretendemos aqui demonstrar é que a *onda conservadora* da atualidade começou a se constituir bem antes de 2013, possivelmente ainda no final da década de 1990, quando então o programa neoliberal de reestruturação produtiva do país levou a uma tempestade perfeita, com a combinação de desemprego estrutural e aumento da concentração de renda. A partir dessa crise, dois caminhos aparentemente antagônicos se efetivaram na sociedade brasileira: a eleição de um partido de centro-esquerda com forte acento na política cultural e a reemergência do conservadorismo liberal e, também, o fortalecimento da ultradireita chauvinista. Nesse sentido, se o surgimento e o crescimento do MESP, desde 2004, não constitui uma surpresa legitimamente original na amplitude do campo sociopolítico nacional, de outro modo, considerando o que dissemos sobre os caminhos aparentemente antagônicos efetivados pela centro-esquerda e a direita conservadora em geral, o estudo sobre a *onda conservadora* ainda é merecedor de maior detalhamento, podendo, talvez, esclarecer mais alguma coisa sobre o levante atual da ultradireita no Brasil.

Com efeito, o longo histórico do conservadorismo liberal em educação no Brasil aporta nos anos 1990, fortalecido pelo ideal *Educação ao longo da vida*, resultante das reuniões da comissão europeia da UNESCO, com a finalidade programática de traçar o eixo de atuação para a educação de jovens e adultos em vários países. Data também desta década o surgimento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a finalidade de ranquear o estado da arte da educação dos países de modo a estabelecer o

grau de investimento em tecnologia a eles destinado. Não por coincidência, data ainda deste período o movimento de ampliação de antigas instituições escolares privadas municipais e estaduais, como, por exemplo, o grupo Pitágoras, posteriormente Kroton, atualmente Cogma, isto é, o movimento de redirecionamento de suas ações originais para a educação, como ocorreu com a Fundação Abril, e o surgimento de instituições e ONGs voltadas para este fim, como o Instituto Ayrton Senna, o já citado Todos Pela Educação e a Fundação Lemann.

Tais rearranjos – ou, se se preferir, reestruturação produtiva – na configuração do conservadorismo liberal em educação tiveram por escopo teleológico fazer valer a hegemonia ideológica do modelo de modernização conservadora do país, e, ao mesmo tempo, garantir para os pares os recursos destinados ao país pela OCDE. Sem qualquer controle governamental, e, em alguns casos, sendo apoiadas pela União, Estados e Municípios, essas instituições vicejariam por toda década e meia de governança da centro-esquerda no Brasil. Já no campo político institucional, cabe lembrar inicialmente que a centro-esquerda chegou ao governo da República tendo como companhia de chapa um empresário conservador, dono da maior empresa têxtil do país e filiado ao Partido Liberal. A projeção nacional alcançada por elementos chauvinistas e populistas no parlamento, como o já citado Enéas Carneiro⁷, pelo PRONA, e outros tantos políticos municipais e estaduais populistas conhecidos ou não pelo histórico de corrupção, como Eduardo Cunha, Roberto Jefferson, Álvaro Dias e o palhaço Tiririca, dentre muitos outros, contaram com votações significativas, acentuando o empuxo da direita. Já antigos elementos de ultradireita como Jair Messias Bolsonaro, de resto tido como marginais na política brasileira, jamais tiveram problema de se consolidarem nas eleições parlamentares. Por fim, mas não por último, pois o conservadorismo de direita e de ultradireita brasileira continua vicejando no país, temos, então, o último empuxo – uma marola praticamente – produzido em 2013, quando surgem elementos em sua maioria imberbes associados a grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), tidos como orientados por Steve Bannon, um assessor político de Donald Trump, ou financiados pela CIA.

⁷ Com a fundação do PRONA, Partido da Reedificação da Ordem Nacional, que vigorou entre 1989 e 2006, fundado pelo médico Enéas Carneiro, ultraconservador e nacionalista de extrema-direita, que, no entanto, não logrou êxito devido ao desgaste da ditadura civil-militar e das forças de direita à época em que ficou conhecida como o da ‘direita envergonhada’

Concluindo essa digressão, o que queremos configurar é, primeiramente, que, no país, o antagonismo entre o progressismo da centro-esquerda e do conservadorismo liberal da direita e da ultradireita praticamente não existiu de fato, a não ser em algumas situações pontuais, pois, no todo, em conjunto ou alternadamente, as sucessivas eleições de elementos conservadores de direita e da ultradireita dão a medida do volume da *onda conservadora* que, ao longo de mais de duas décadas, se avolumou, engolfando amplos setores das classes médias e, nos últimos cinco anos, varreu o país.

Nesse contexto, não é surpresa que o MESP, diferentemente do que se propõe, funcione como um grupo partidariado, enraizado em uma base partidária no Congresso. Seus anteprojetos de lei na Câmara e no Senado Federal e em estados da federação, como é o caso de Alagoas, demonstram isso. O MESP compõe e disputa hegemonia, como também compõem e disputam hegemonia as fundações, instituições e ONGs conservadoras liberais citadas acima. No todo, formam o que Gramsci (1975) denomina de bloco hegemônico. Em conjunto ou separadamente, tais fundações, instituições e ONGs influem na elaboração e na aprovação de leis; ocupam com propaganda pretensamente isenta as redes sociais e a mídia tradicional, especialmente os jornais conservadores e as redes de TV; promovem o ativismo social mediante ações sociais, etc. Semelhante a um partido político, o bloco conforma uma força social coletiva que busca influenciar o Estado e a sociedade civil, visando a determinado fim. Como observa Gramsci (1975, p. 24):

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental [...].

E também escrevem Bobbio, Matteucci e Gianfranco (2000):

Para tornar mais concreta e específica esta definição é usual sublinhar que as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permitam, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 2000, p. 899).

No caso específico do MESP, sua atuação junto ao conservadorismo de direita é tida internamente como uma estupidez tática e estratégica sem precedentes, dado a sua proposta central partir da utopia de promover uma sociedade desideologizada. Em que pese a estultícia social de suas ações, os métodos de propaganda do MESP são semelhantes aos utilizados pelo nazifascismo, isto é, assustadoramente aterradores segundo a avaliação dos próprios integrantes do conservadorismo de direita como das demais posições político-ideológicas. De fato, seus adeptos pregam a espionagem, a denúncia e a perseguição de professores e dirigentes escolares por parte dos alunos e de seus pais ou responsáveis. Ademais da educação tratada como uma experiência policial associada à sujeição do professor em sala de aula, e à sua punição caso ultrapasse a fronteira da estupidez supostamente *tecnicista* ditada pelo MESP, seu programa tem em vista a coisificação da educação, quer regulando previamente o conteúdo, quer regrado e sujeitando as subjetividades do aluno e do professor.

Fazendo da experiência escolar uma guerra, o MESP propõe, em suma, associar a sociabilidade inerente a essa experiência à desconfiança e à insegurança. Portanto, a propósito da guerrilha escolar pretendida pelo MESP, não seria exagero inferir que tais métodos não se distanciam das práticas policiais instituídas e das narcomilícias e milícias paramilitares dominantes nas favelas e comunidades urbanas ou periféricas. A delação, a *caguetagem*, fundadas na desconfiança mútua e no espírito punitivo, reproduzem, em uma escala popular e marginal, a judicialização da vida social das elites e das classes médias escolarizadas, e, em uma escala ainda mais ampliada, a desconfiança do Estado. Ou o horror a ele. Como diz Hobbes⁸ (2008, p. 96):

Então, quando não existe um Poder comum capaz de manter os homens em respeito, temos a condição de que se denomina Guerra; uma Guerra de todos os homens contra todos. Assim, a guerra não é apenas a Batalha ou o ato de lutar, mas, o período de tempo em que existe a vontade de guerrear [...] a natureza da Guerra não consiste na luta real, mas, na disposição para ela e durante todo o tempo não se tem segurança do contrário.

⁸ Para contextualização: a menção a Hobbes aqui está estritamente centrada em sua contribuição à ciência política e à filosofia moral e política. A questão do “terror”, da “insegurança”, da “guerra de todos contra todos” na vida e na ação política. Aqui, uma alusão à situação do professor e da escola, na qual a qualquer momento o professor, em situação de insegurança, dá uma aula sem saber se sua fala pode incorrer em uma denúncia por parte dos alunos e dos pais que comungam das ideias do movimento escola sem partido. O deslocamento da experiência escolar de fruição e de confiança para uma experiência de terror e de insegurança.

A tentativa de desqualificar os professores tem como preceito um poder absoluto no qual a vida social é reduzida à solidão. Lukács (2013), fazendo referência ao nazismo, assim comentava o rebaixamento à brutalidade e ao terror:

O período de Hitler leva essa postura de vida ao seu florescimento máximo: ele libera em seus asseclas e subordinados todos os maus instintos da particularidade, também e sobretudo aqueles que, no cotidiano normal, costumam ser reprimidos pelo homem particular mediano. A sua realização social efetiva consiste meramente em que essa libertação seja canalizada para os rumos designados pelo hitlerismo enquanto unidade de pisar e ser pisado, de brutalizar outros e o temor de ser brutalizado.

[...] A mistura predominante que surgiu desse processo tinha de ser a da crueldade desenfreada com a irresponsabilidade covarde, ou seja, foi visado e alcançado o estágio mais baixo da particularidade, o que hoje sabe toda pessoa que não tem razões sociais ou egoístico-pessoais para apagar esses fatos da memória dos homens (LUKÁCS, 2013, p. 791).

Não obstante, o temor propagado pela propaganda *mespiana* traz também o medo inculcado por religiões, seitas e credices de todas origens, como se lê na sua página nas redes sociais acerca da proibição inerente ao tabu,

[...] sem essa prerrogativa dos pais a família não sobreviveria. Se os pais ensinam aos seus filhos que “isso é pecado”, mas na escola eles aprendem com seus professores que “pecado não existe” – ou vice-versa –, qual a chance de os filhos respeitarem seus pais? E, se não os respeitam, qual a chance de haver alguma harmonia no seio da família? (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Para o historiador Ginzburg (2014), o tabu nos remete a uma reverência ontológica própria da religião, o que, por sinal, também é afeito ao pensamento do MESP:

Portanto, seja no caso da origem da religião, seja no da origem do Estado, encontramos no início o medo e, no fim, como resultado, a sujeição ou reverência. No meio, a ficção, que se impõe àqueles que a criaram como uma realidade: “Esta é a fundação daquele grande Leviatã, ou melhor, para falar com mais reverência, daquele Deus mortal a quem, abaixo do Deus imortal, somos devedores de nossa paz e defesa”. O Leviatã, criação artificial, se ergue diante daqueles que com seu pacto o criaram — aqueles dos quais é feito — como um objeto que incute sujeição (GINZBURG, 2014, p. 26).

Este ‘terror’ pode ser exemplificado pela visão do MESP em fazer da escola um ambiente, e um caso de polícia. A educação como uma experiência de polícia, como no sítio do MESP, consta como dever número 1: “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.” Podemos constatar o caráter totalmente arbitrário e que fere o princípio do direito da não culpabilidade. Há

desde já a presunção da figura do professor como uma pessoa predisposta a fazer algo imoral ou supostamente criminoso. Isto fere o Pacto de São José (CADH) e a Constituição brasileira, princípio este consagrado em diplomas internacionais. Vejamos o que diz o Deputado Glauber (PSOL-RJ) no Programa da TV Câmara, em que debateu com Miguel Nagib:

Mas, na verdade, o que esta proposta quer é a criminalização de professores e dos profissionais da educação, não é a toa que por tática na Comissão especial, eles retiraram um projeto, uma proposta... há um outro projeto que é do Deputado Rogério Marinho que é do PSDB- RN, e nessa proposta em que ele cria um tipo penal que é chamado assédio ideológico...e o que é a definição do assédio ideológico? O assédio ideológico seria o professor de alguma forma tentar doutrinar o aluno para as suas próprias convicções e aí eles dizem que o Código Penal Brasileiro precisa ter um espaço para que este professor possa passar pela avaliação de um juiz, de um promotor de justiça avaliando se aquilo que ele porventura tenha feito em sala de aula representa algo que tenha que ser criminalizado ou não (EXPRESSÃO NACIONAL, 2018).

Por isso, a ação do MESP, embora pretenda passar uma imagem de ser educativa e dialógica, é sempre punitiva. Intenta criar um regramento e alterar o marco político e social no que diz respeito à educação a partir de uma visão aterrorizante da educação e que precisa, com isto, de um Poder comum para sujeitar a educação e os seus sujeitos: o professor, que não pode ter sua liberdade de ensinar como uma experiência de liberdade, e os alunos, que ficam autorizados a enxergar o professor como um algoz, passam a delatar suas ações e seus pensamentos em um canal comum na mídia, e a fazer representações junto ao Ministério Público. Por isso, percebe-se esta visão da escola como um caso de polícia, como nos referimos acima. Voltemos ao terror, ou seja, à tentativa de desqualificar os professores, que, na visão do MESP e de seus defensores, são os usurpadores da educação. Para evitar o caos e a desordem, é preciso de um poder totalitário, absoluto, para reger a educação e a escola. Neste caso, o Estado cumpre esta função. É a renúncia de cada um, professor e aluno, em sua liberdade para uma educação regrada e controlada com os anseios de um tipo de sociedade (*reificada, conservadora e capitalista*).

Por isso, para ficar mais claro, nos voltamos a alguns pontos, com relação ao MESP, que aqui resumimos: 1) a educação é percebida dentro de uma tentativa ideológica de gerar consenso à parte da sociedade civil e do deslocamento como uma experiência de terror, de temor; 2) caso o consenso não consiga reger o professor, a educação é tratada

como uma experiência de polícia, isto é, surge a questão punitiva, visando à sujeição do professor em sala de aula; 3) a educação é tida, como nunca se viu, como uma experiência coisificada, em que o professor entra na sala de aula com a regra de transmitir um conteúdo previamente regulado e sem espaço para uma relação de liberdade; e, 4) por este motivo, a liberdade é limitada dentro de uma perspectiva de regramento e sujeição das subjetividades, da consciência do aluno e do professor.

Quando a propaganda ideológica do MESP falha ao tentar coagir previamente o professor, entra em cena a ação punitiva, sendo que, uma vez a educação tendo sido rebaixada como uma atividade praticada como uma experiência amoral, cabem sanções de ordem civil e criminal para punir, no rigor da lei, o professor doutrinador. Por isso, observa-se a ânsia de figurar em lei os preceitos do MESP, como se pode notar na tentativa realizada no *Parecer sobre a sua constitucionalidade* (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018) confeccionado pelo próprio Movimento, configurando-se, muitas vezes, como um compilado de frases já dispostas no decorrer do seu sítio. A ideia do MESP é colar os seus preceitos como desdobramentos dos princípios constitucionais.

Esta tentativa normativa na Constituição ocorre com o intuito de utilizar um dos braços do Estado, que é o poder de polícia. Independentemente da polícia de fato, estamos falando do poder de polícia de fiscalização, poder este que o Estado, do ponto de vista administrativo, tem por função, como no caso no Código do Consumidor, no caso do poder das autarquias para legalizar mercados, etc. É por isso que o MESP, aproveitando da visão ressonada da educação na estrutura capitalista e da sociedade de classes como uma entrega a ser realizada e um produto a ser concebido ou como um contrato de prestação de serviços, coisifica ainda mais a educação. Esta normatização é vista por Frigotto (2017):

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente neutra (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Não à toa, isto se traduz na única mudança que o parecer do MESP defende: a obrigatoriedade de se fixar um cartaz em sala de aula com seis obrigações. Há a tentativa de coação com deveres que deveriam ser colados nas paredes de toda sala de aula, transcritas na íntegra, abaixo:

- 1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4 – Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
- 5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Para tanto, vejamos a defesa do MESP neste parecer:

Ninguém se atreveria a pôr em dúvida a constitucionalidade (formal ou material) de uma lei estadual ou municipal com esse teor. Evidentemente, porém, essa lei estaria fadada a não alcançar o objetivo a que se propõe, de promover o respeito aos referidos preceitos constitucionais dentro das escolas e prevenir a ocorrência de violação dos direitos subjetivos que delas se originam. Com efeito, esperar que um estudante brasileiro do ensino fundamental e médio seja capaz de deduzir daqueles princípios e garantias as regras de conduta que devem ser observadas por seus professores em sala de aula é esperar por um milagre (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

E o MESP complementa, justificando a obrigação dos professores:

Seja como for, o Programa Escola sem Partido não cria para os professores, enquanto servidores públicos, nenhuma obrigação que eles já não tenham por força da Constituição Federal, da CADH, e do ECA. Na verdade, ele apenas explicita deveres que correspondem a direitos que os estudantes e seus pais ou responsáveis já possuem. O objetivo da proposta é prevenir a violação desses direitos, informando os alunos sobre a existência dos deveres que lhes correspondem. A iniciativa das leis que visem à proteção dos direitos da criança e do adolescente também não está reservada ao Chefe do Poder Executivo (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Porém, esta única obrigatoriedade e ação que o MESP defende não é meramente uma defesa ingênua. O que o Movimento defende, com isto, claramente, é constranger moralmente toda uma classe de profissionais, como os docentes e os profissionais da educação, é restringir e censurar a liberdade de suas ações. É absurdo pensar em colocar um quadro com obrigações na sala de reunião de um executivo, lembrando-lhe que não se pode fazer má gestão dos recursos da empresa, de que não se pode fazer assédio moral com os seus trabalhadores, ou, ainda, colocar um quadro com obrigações do Ministério

público informando de suas obrigações de que não pode prevaricar, não se pode usar de cargo público para motivações particulares. Estas ações não foram pensadas porque tais procedimentos estão dentro do decoro esperado pelo cargo, estão dentro de sua conduta ética. Desta forma, por que se restringir tal política aos docentes? Porque ela serve a interesses outros que não apenas de lembrá-los de suas obrigações, que são, aliás, pertinentes a qualquer categoria de profissionais. O deputado Glauber Braga do PSOL-RJ, em debate com Nagib, destaca o cerne da questão, quando afirma que o projeto do MESP não se trata de legislação para colocar placa em sala de aula:

A nossa diferença para o projeto Escola sem partido não defendem isso. Eles querem o monopólio da informação para criminalizar professores e profissionais da educação, gerando Tribunais Pedagógicos. Veja a contradição das informações: eles dizem que a legislação brasileira já tem instrumentos suficientes para coibir o que eles chamam de abuso, mas, ao mesmo tempo, eles querem que a legislação sirva para a colocação de placas em sala de aula. Aí eu pergunto: você precisa de uma legislação para a colocação das placas em sala de aula. Se isto fosse o problema, a gente estaria aqui com uma solução, porque aí a gente poderia botar placa em sala de aula que é direito do professor não ter o seu salário atrasado, a gente botaria em sala de aula dizendo que é direito do professor e do aluno ter uma sala estruturada para que ele possa ter oportunidade de dialogar com seus estudantes daquela escola, daquela unidade escolar (EXPRESSÃO NACIONAL, 2017).

E assevera:

Olha, não é disto que está se tratando. O que a gente está aqui tratando não é legislação para colocar placa em sala de aula. O que a gente está tratando aqui é a formação de Tribunais pedagógicos para que o professor tenha medo em sala de aula daquilo que ele vai dizer, da forma de abordar as questões. Porque, dependendo da forma de como as questões forem abordadas, não vai estar colocada na moral que é criada por determinados integrantes do Escola sem Partido, e eles podem buscar o Judiciário para a criminalização (EXPRESSÃO NACIONAL, 2017).

Todo este contexto de regramento aponta, primeiro, para o ambiente da escola como uma suposta experiência de terror, e, depois, coloca obrigações dentro de um claro alargamento e de uma clara reinterpretação da Constituição. Dessa forma, o MESP só faz com que haja não um ambiente de formação livre, com liberdade de consciência, de ensino, de fruição e de empatia, mas, antes, um ambiente violento, inóspito, de tensão, angústia, frio, dentro de um regramento mecânico sobre o que se deve ensinar e o que se deve aprender, fazendo da escola um ambiente de deformação humana.

O argumento que se defende aqui é que o Escola Sem Partido é um instrumento da falsa formação, já que pela força da lei um professor pode ser incriminado caso se associe sua prática docente a algum tipo de doutrinação — termo ainda não definido pelos proponentes desse projeto. Procura-se mostrar que colocar a prática docente em suspeição não é algo novo, mas algo que se encontra nas tendências do projeto histórico desta civilização; esse modo de enxergar a prática docente está alinhado a uma visão de formação como algo puramente técnico, voltado apenas para a manipulação das coisas na esfera do trabalho, o que não é suficiente para a transformação da cultura, compreendida como feito humano (FREITAS, 2017, p. 03).

Todo este panorama agrava ainda mais a coisificação da relação entre o professor e o aluno. Em grande parte, tal panorama é fruto de uma concepção equivocada de educação já agravada pelas concepções que discorremos: sobre a educação como uma relação de temor e como uma experiência punitiva, de polícia, fazendo com que o docente aja em sala de aula como se estivesse em uma camisa de força. O professor acaba vendo os alunos e seus pais, como algozes, e sempre com receio de que uma fala tirada de seu contexto acabe por ser denunciada, em decorrência do ambiente de delação em que se transformara a escola. Tudo isto para que a concepção pedagógica do MESP e de seus defensores possa ser endereçada, sendo que o professor deve transmitir o conteúdo de sua disciplina. Nada mais claro do que a mensagem do próprio coordenador do MESP, Miguel Nagib no tocante ao que está em jogo. A questão da liberdade é tão cara para a educação assim como para qualquer visão democrática da política e da sociedade.

O professor não tem liberdade de expressão dentro da sala de aula, o que a Constituição garante aos professores é a liberdade de ensinar, liberdade de cátedra. Liberdade de expressão a gente exerce no facebook, onde você pode falar qualquer coisa, sobre qualquer assunto. Se o professor tivesse essa liberdade em sala de aula, ele poderia passar o tempo todo em todas as suas aulas, falando de futebol, de cinema, de literatura, de novela. Isso é liberdade de expressão. Ele não essa liberdade, se ele tivesse essa liberdade, ele não teria que dar aula. Ele não seria obrigado a transmitir aos seus alunos, o conteúdo de sua disciplina. Então é uma confusão grave. Eu chamo isso de flagelo da educação brasileira. É a confusão entre liberdade de ensinar e liberdade de expressão (ANTAGONISTA, 2018).

Por isso, o MESP desloca a realidade da complexidade da educação para uma situação hostil, em que o medo do terror se sobrepõe à reflexão crítica. Para Penna (2017):

Essa desqualificação não se dá por meio de uma argumentação racional, mas através de ataques pessoais e imagens que representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças a crianças inocentes, citando casos particulares

considerados assustadores e insinuando que uma parcela significativa dos professores age da mesma maneira, mesmo que não tenham nenhum dado estatístico para apoiar essa generalização indevida. O primeiro e o segundo procedimentos se articulam: o uso de termos que não têm uma definição precisa para indicar uma ameaça abstrata que coloca em suspeição todos os professores e todo o sistema escolar (PENNA, 2017, p. 30).

E Penna complementa:

Alguns argumentariam que imagens como essas seriam comuns nas redes sociais, mas insisto que imagens como essas estimulam o ódio contra os professores e referências teóricas legítimas no campo de pesquisa educacional. A analogia baseada na similitude de relação entre o professor e seus alunos e entre o vampiro e suas vítimas é utilizada corriqueiramente pela organização em questão (PENNA, 2017, p. 30)

Se a revisão pontual sobre o ideário do MESP até aqui realizada ajuda-nos a apreender formalmente a sua característica persecutória militante, passamos agora ao exame do seu conteúdo confuso, tosco, *tabaréu*. Essa confusão talvez seja particularmente incômoda aos demais conservadores, especialmente aos liberais, já que induz as suas propostas a um alinhamento com o MESP, cujo ideário se apressa a rejeitar.

Outro ponto que se destaca na narrativa do MESP é sobre o tecnicismo, sintetizado na expressão de que o “professor deve transmitir o conteúdo da disciplina”. O próprio sítio do movimento diz:

Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Observe que o termo “centros de produção” remete à indústria, à linha de produção, por conseguinte, só executável com a técnica. É preciso técnica e um mínimo de racionalização dos recursos, dentro do espaço e do tempo. O problema não é este. Em toda atividade econômica e, antes disto, em toda atividade humana, é necessário um mínimo de racionalização de técnica, até mesmo no processo educativo. O problema é quando a escola é carimbada apenas como uma questão de técnica, em detrimento da concepção humanista e clássica da educação, isto é, uma concepção de formação humana.

De fato, ao analisar o tecnicismo da direita conservadora liberal, Giroto (2016) o coloca lado a lado com um suposto tecnicismo *mespiano*, algo que não é possível entrever nas teses do movimento.

Mais recentemente temos visto avançar a proposta de reformulação do Ensino Médio (divulgada em 22/09/2016), conduzida pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação sob o atento acompanhamento (e por que não dizer direcionamento) de grupos empresariais (Itaú-Unibanco, Fundação Lemann, Todos pela Educação, SESI). Mais uma vez, sem a participação de alunos, professores e toda a comunidade escolar, tal projeto poderá resultar em um aumento da relação entre educação e mercado de trabalho, reforçando assim a concepção tecnicista que tem definido a escola de pensamento único nas últimas décadas no Brasil. Pode significar também, uma expressiva diminuição da carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas, valendo ressaltar que as mesmas têm sido os principais alvos de ataques dos defensores do Escola Sem Partido (GIROTO, 2016, p. 72).

Ora, contrariamente ao conservadorismo liberal dos grupos empresariais citados por Giroto, e de outros tantos que compõem a elite econômica do país reestruturada nos períodos Collor de Mello, FHC e Lula da Silva, o ideário do MESP em muito se assemelha ao ideário integralista da década de 1930, não por acaso vivido sob uma crise sem precedentes do sistema capitalista. Conforme observado por Chasin (1978), o horizonte teleológico do integralismo era o de uma modernização conservadora, chauvinista e religiosa. Se o integralismo tinha no catolicismo tradicionalista uma espécie de freio para o irracionalismo, o MESP e outras correntes da ultradireita não nominadas aqui têm na teologia da prosperidade do neopentecostalismo o acelerador para o anti-intelectualismo, conforme veremos adiante. E mais: Chasin (1978, p. 652) chamava a atenção para o fato de que, na época do integralismo, o fascismo buscava esfacelar as relações sociais para se expandir, ao passo que o integralismo retrocedia “com medo do esfacelamento”. Para Chasin, portanto, a ideologia fascista é a do saque, advogando a destruição do mundo e do homem para viabilizar a continuidade da expansão do *valor*⁹ (ARAÚJO, 2020). Por fim, ainda na linha da busca de compreensão para a relação entre a condição estrutural e a ideologia no terreno em que as confusas ideias *mespianas* se movem, cabe um esclarecimento acerca

⁹ “Dado que boa parte a acumulação capitalista alemã no período teve, na expropriação de judeus, eslavos, etc., a fonte de financiamento inicial; sem esquecer do trabalho escravo dos prisioneiros de guerra e dos prisioneiros dos campos de extermínio, é importante frisar o papel chave do racismo biológico nazifascista”. Depoimento do professor Paulo Henrique Furtado Araújo a este autor (2020).

da semelhança entre a crise estrutural dos anos 1930¹⁰, período da ação integralista, e a dos tempos atuais. Em depoimento a este autor, Araújo (2020) nota que, a partir de 1998:

Vivemos uma nova crise estrutural cuja causa é a 4a. revolução tecnológica que elevou a composição orgânica do capital a tal ponto que a produção de mais-valor já não opera como estímulo para que a acumulação de capital continue em forma de espiral. No tempo presente, a saída do sistema é a hipertrofia do capital portador de juros com total destaque para o capital fictício. Todo o sistema opera há anos antecipando um mais-valor que não foi produzido e que, de fato, não será. Aparentemente o momento do ajuste entre a valorização prometida e a ocorrida já teve início. Nos anos 30 a solução de um quadro semelhante foi através de uma guerra mundial e da eliminação física de parte substantiva da massa do povo que já não interessava à continuidade da valorização do valor, mas que, ainda assim, era fonte de gastos (saúde, previdência, educação, segurança pública) que drenavam ainda mais a fração do mais-valor a ser apropriada pelas personificações do capital – além da destruição de capitais na forma de valores de uso e na forma dinheiro (deflação) (ARAÚJO, 2020).

Do ponto de vista estrutural, o atrofiamiento do capitalismo no Brasil, tal como acompanhamos o raciocínio de Chasin (1978), demarcou a distância ideológica do integralismo *caboclo* de Salgado e de Reale frente ao fascismo italiano. Todavia, do ponto de vista ideológico, o horizonte italiano era a expansão econômica com regressão política, ideológica e social. Segundo Araújo (2020):

No caso do Brasil, com seu capital incompleto e incompletável, a hegemonia integralista nunca foi uma possibilidade. Além disso, o integralismo articulava a regressão não só política, ideológica e social, mas também econômica – diante da crise das economias capitalistas industrializadas, o integralismo propõe a paz da vida rural, o que por si, implica em deter o avanço das forças produtivas ou da produtividade do trabalho que é próprio ao valor em expansão. Ou, dizendo de outro modo, frente ao colapso das políticas econômicas liberais, frente ao risco de uma industrialização repetir no Brasil uma crise catastrófica como a de 1929, a solução integralista é contrapor o pequeno capital, a pequena propriedade (do camponês e do artesão), ao grande capital. O que evidencia o caráter utópico, e reacionário de tal proposta e a impossibilidade de tornar-se hegemônica – por sua propositura absurda em termos da expansão do valor (ARAÚJO, 2020).

Por sua semelhança com a crise estrutural que gerou as ideologias e ações nazifascistas, parece não restar dúvida de que a atual crise teria promovido os fenômenos políticos reacionários conhecidos e disseminados nos EUA, na Itália, na Hungria e no Brasil.

¹⁰ Embora o termo “crise estrutural dos anos 30”, citado na entrevista a este autor, careça de ponderação quanto à revisão do mesmo por parte de outros autores, uma vez que, por exemplo, para Mészáros (2011), em sua obra “Para além do capital”, a crise estrutural data a partir da década de 70, devido à temática e ao espaço aqui neste artigo, não teremos como aprofundar. No entanto, mantivemos aqui a ideia do autor Araújo (2020), pesquisador e professor de Teoria Econômica e Marxismo, na ideia de que, na década de 30, também ocorreu uma retenção e uma queda no nível de crescimento da acumulação do capital, no paralelo que o mesmo faz com a crise estrutural que nos acomete até hoje – desde a década de 70 até a 4a. revolução tecnológica.

Desde esse ponto de vista, tais fenômenos, como o MESP, que vem no diapasão destes movimentos políticos conservadores, buscam objetivar o que há de mais retrógrado e reacionário do capitalismo tardio; entretanto, “no caso específico num país periférico e retardatário, distinguindo-se do fascismo italiano, os fenômenos do bolsonarismo¹¹, olavismo etc. são a expressão e objetivação das tendências reacionárias e conservadoras” (ARAÚJO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas observações sobre o MESP em particular, e sobre os demais movimentos conservadores liberais em educação, restariam imprecisas e, talvez, incompletas, caso não abordássemos a relação estrutural e a ideologia no ambiente do capitalismo tardio ou pós-moderno em geral. Há tempos, a *sociedade do espetáculo* ou da mercadoria abriu mão de questões como a verdade e se entregou à aparência das coisas (DEBORD, 2017). Nessa sociedade, subjaz fortemente a espacialização do tempo, caracterizado pelo abandono da noção de história, prevalecendo uma visão fragmentária, efêmera e espetacular sobre o presente, sendo isso tudo presidido pela lógica da rentabilidade.

Para Jameson (1996), a sociedade do espetáculo é destituída de qualquer utopia, sendo, portanto, meramente formalista. Trocada por lutas identitárias específicas, a luta de classes foi abandonada e, até certo ponto, condenada pela esquerda, em parte igualmente interessada na desconstrução da razão. Encarada como um entrave para a *liberdade real* do indivíduo, exposta como uma *metanarrativa* a ser desconstruída, a ontologia do ser social ganhou o desprezo da intelectualidade burguesa à direita e à esquerda. Em suma, na agenda pós-moderna, a convergência de ideias passou a ser pautada pela recusa sistemática da luta de classes, pela oposição à tradição ontológica e fenomenológica moderna. A partir do universo restrito da academia, projetou-se para toda a sociedade esquemas rizomáticos com suas miragens libertárias. Na visão de Boaventura Santos, igualando o discurso acadêmico ao discurso político populista, tornou-se

¹¹ O fenômeno do Bolsonarismo não constitui um grupo homogêneo, passando por setores militares com uma visão nacionalista, como o anúncio do Programa Pró-Brasil na reunião de abril de 2020, em que são defendidas políticas de intervenção do Estado na economia, passando pela ala Liberal capitaneada por Paulo Guedes, assim como por segmentos neopentecostais, e grupos mais retrógrados e reacionários, como os de Olavo de Carvalho.

necessário afirmar a necessidade de se caminhar em meio à distopia presente, tendo a fruição do senso comum como base da ciência para a organização da vida social (SANTOS *apud* REIS, 2015). Segundo Reis (2015, p. 302):

[...] a linha de pensamento daí advinda trata de uma perspectiva política estratégica que parte da afirmação das subjetividades para o enfrentamento de qualquer tipo de norma formal (linguística, epistemológica, estética, ética etc.), angariando no seu curso o compromisso contra-hegemônico em relação aos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos.

Em que pese se tratar de uma visão intelectualmente legítima, todavia, o problema que ela traz é o mesmo de toda crença, pois acaba desconsiderando visões contrapostas, anulando completamente qualquer intenção política, incorrendo, nessa medida, na contradição de promover as subjetividades do senso comum a uma norma formal. De acordo com Jameson (1996), isso ocorre pela existência de um dualismo subjacente a qualquer crença; no caso, a crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação ou autonomia dos indivíduos, o que acaba reforçando o caráter alienante da “ciência do senso comum ou do conhecimento sem teoria” (REIS, 2015, p. 303).

Ora, o que buscamos ilustrar com este sumário sobre o paradoxo ideológico de uma militância *desconstrutiva-libertária* surgida no ventre do pensamento não conservador é a sua proximidade com o dualismo das crenças conservadoras, em geral próprias da direita e da ultradireita. Pode-se explicar, por exemplo, que o seu rápido entranhamento em uma sociedade profundamente desigual quanto à renda e à cidadania, para ficarmos apenas nessas grandes mazelas nacionais, se deveu à falsa ideia de promoção da igualdade. Um aparato midiático extraordinário de apresentadores populistas de ultradireita, incluindo influenciadores digitais nas redes sociais, vem propagando performaticamente o anti-intelectualismo sob formatos diversos junto às classes médias e populares há pelo menos duas décadas. Sem condições de promover um avanço civilizatório, tempo que se perdeu em meados dos anos 60, parte significativa do Brasil se entregou à intensificação da precarização em todos os níveis, sendo o MESP uma das gambiarras morais da atualidade contra o que se contrapõe à sua barbárie ética. Como disse Araújo (2020), “barbárie é o que o capital tem a oferecer para a humanidade daqui para frente”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Paulo. Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo concedido ao autor em 07/2020.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **O Anjo da História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; GIANFANCO, G. **Dicionário de política**. v.1. 13ª ed. Brasília: Editora UNB, 2000.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- Expressão Nacional**, 2017. TV CÂMARA. Você já ouviu falar na Escola sem Partido?, YouTube, 23 de fev. de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/233e1REG3oU>>. Acesso em: 25/11/2019.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- Escola sem partido**, 2018. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 20/04/2018.
- ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- FREITAS, N. A. Escola sem partido como instrumento de falsa formação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia. v. 14, Ano XIV n. 1, jan./jul. 2017. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 10/05/2018.
- FRIGOTTO, G. A Gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e o ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GIROTO, E. Um ponto na rede: o “escola sem partido” no contexto da escola do pensamento único. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Cadernos do Cárcere.** v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Cadernos do Cárcere:** v. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBS, T. **Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** 3ª ed. São Paulo: Ícone, 2008.

IANNI, O. **Ensaio de Sociologia da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAMESON, F. "Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio". **Tradução de Maria Elisa Cevasco.** São Paulo: Ática, 1996.

KOFLER, L.; ABENDROTH, W.; HOLZ, H. H. Conversando com Lukács. **Tradução de Giseh Vianna.** 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe:** estudos sobre a dialética marxista. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: o processo de produção do capital** - Crítica da economia política. v. 1. 27ª ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2011.

NAGIB, M. Prefácio. In: AMARAL, R. D. S. **Socialismo:** me conta essa história direito. São Paulo: Baraúna, 2016.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

RANCIÈRE, J. **O Ódio à democracia.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

REIS, R. R. Arte e cidade. Considerações críticas sobre arte e valor na sociedade de classes. **Kriterion. Revista de Filosofia.** v. 56, n. 132, Belo Horizonte/MG: UFMG, 2015, pp.317-333.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

SOUZA, J. Como o senso comum e a “brasilidade” se tornam ciência conservadora? In: Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [et al.]. **Ralé brasileira: quem é e como vive.**— Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HISTÓRICO

Submetido: 27 de Mai. de 2022.

Aprovado: 08 de Out. de 2022.

Publicado: 18 de Out. de 2022.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

Dantas, D. F. A educação sob ataque – a educação brasileira em tempos difíceis. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, v. 26, n. 50, eISSN: 2526-9062, 2022.